

Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro

EXECUÇÃO PENAL E O MITO DA RESSOCIALIZAÇÃO

**Disfunções da
Pena Privativa de Liberdade**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: editora@jurua.com.br

ISBN: 978-85-362-7031-9

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Baqueiro, Fernanda Ravazzano Lopes.

B222 Execução penal e o mito da ressocialização: dis-
funções da pena privativa de liberdade./ Fernanda
Ravazzano Lopes Baqueiro./ Curitiba: Juruá, 2017.
306p.

1. Ressocialização. 2. Execução penal. 3. Direito
penal. I. Título.

CDD 345.05 (22.ed.)

CDU 343.1

000084

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------------	----

Parte I

O USO DA LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO ESTATAL E A CONSTRUÇÃO DAS FICÇÕES JURÍDICAS	21
---	----

INTRODUÇÃO: Parte I – O USO DA LINGUAGEM COMO INSTRUMENTO DE MANIPULAÇÃO ESTATAL E A CONSTRUÇÃO DAS FICÇÕES JURÍDICAS	23
--	----

Capítulo I	A RELAÇÃO ENTRE A LINGUAGEM, O DIREITO E O PODER	25
	1.1 Acepções do Termo “Poder”: <i>Leviatã</i>	25
	1.2 O Saber e o Poder	28
	1.3 A Estratificação do Poder e a Vigilância	31
	1.4 O Poder em Pasárgada	33
	1.5 Os Verdadeiros Fatores Reais do Poder	34
	1.6 A Função Simbólica da Linguagem e a Relação de Poder	38

Capítulo II	A FIGURA DO “BOM” INTÉRPRETE E A HERMENÊUTICA DESEJADA – UMA ABORDAGEM DA LEI 7.210/1984 E DA RECENTE JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ	41
	2.1 Os Cientistas e seus Métodos	42

2.2	Interpretação da Lei de Execuções Penais e os Objetos Culturais	50
2.2.1	A insuficiência das regras tradicionais de interpretação: aproximação entre as normas constitucionais e as normas penais	54
2.2.2	A tópica-retórica: análise do art. 127 da LEP	57
2.2.3	A técnica hermenêutica concretizadora: estudo do recurso ordinário em <i>Habeas Corpus</i> 124.775 RO e a possibilidade de remição ficta por culpa do Estado.....	63
2.2.4	A sociedade aberta dos intérpretes	69
2.2.5	Teoria da argumentação jurídica	70

Capítulo III

	A CONSTRUÇÃO DAS FICÇÕES JURÍDICAS E A LEGISLAÇÃO SIMBÓLICA, EM BUSCA DO SIMBOLISMO DA LEI 7.210/1984	75
3.1	Os Ídolos de Bacon	75
3.2	O Mito, a Linguagem e seu Papel na Sociedade para Cassirer.....	77
3.3	A Legislação Simbólica.....	79
3.3.1	Símbolo, simbólico e simbolismo: delimitação semântica.....	79
3.3.2	Simbolismo na estrutura social como legitimador do sistema político e o uso da força.....	81
3.3.3	A legislação simbólica	82
3.3.4	A constitucionalização simbólica, o direito penal simbólico e a Lei de Execuções Penais.....	84

Parte II

	OS POSTULADOS DA DEFESA SOCIAL E O MANIQUEÍSMO BEM/MAL.....	95
--	--	-----------

	INTRODUÇÃO:Parte II – OS POSTULADOS DA DEFESA SOCIAL E O MANIQUEÍSMO BEM/MAL	97
--	---	-----------

Capítulo IV	DA NECESSÁRIA ABORDAGEM DO MANIQUEÍSMO BEM/MAL, REGRA/CASTIGO, MORAL/AMORAL E O DESEJO PELA PUNIÇÃO.....	99
	4.1 A Genealogia da Moral: Confusão entre Direito, Moral e Religião.....	99
	4.2 A Punição e a Expição dos Pecados: Culpa, Ressentimento e Coisas Afins em Freud e Nietzsche	101
	4.3 A Violência Fundamental.....	106
Capítulo V	BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DA JUSTIFICATIVA DO EXERCÍCIO DO PODER DE PUNIR DO ESTADO..	109
	5.1 Enfoque da Justificativa da Punição na Antiguidade ...	109
	5.2 Relação entre a Punição e a Teologia.....	112
	5.3 Breves Observações sobre a Escola Penal Clássica e a Ideologia da Defesa Social	113
	5.4 A Estatística Moral ou Escola Cartográfica	116
	5.5 Breve Enfoque da Escola Penal Positivista e o outro Enfoque da Defesa Social e o Caráter Etiológico	118
Capítulo VI	A DEFESA SOCIAL.....	123
	6.1 Adolphe Prins e a Primeira Doutrina da Defesa Social.....	123
	6.1.1 O homem perigoso.....	125
	6.1.2 Críticas necessárias	127
	6.2 Fillipo Gramatica	128
	6.3 A Nova Defesa Social	131
Capítulo VII	NOVAS VERTENTES DA CRIMINOLOGIA E A QUESTÃO SOCIAL.....	137
	7.1 Teoria Estrutural-Funcionalista da Anomia em Durkheim e Merton	137
	7.2 <i>Labeling Approach</i> (Paradigma da Reação Social) e as Cifras Ocultas da Criminalidade.....	139

7.3	Movimento da Lei e Ordem	143
7.4	O Direito Penal do Inimigo	147
7.5	Teorias da Socialização Deficiente	148

Parte III

O CONCEITO NÃO REVELADO E AS FUNÇÕES NÃO DECLARADAS DO TERMO “RESSOCIALIZAR”	151
---	------------

INTRODUÇÃO:Parte III – O CONCEITO NÃO REVELADO E AS FUNÇÕES NÃO DECLARADAS DO TERMO “RESSOCIALIZAR”.....	153
---	------------

Capítulo VIII A FUNÇÃO DA PENA NO DIREITO PENAL LIBERAL – A PREVENÇÃO E A RETRIBUIÇÃO COMO CONSOLIDAÇÃO DO CAPITALISMO	155
---	------------

8.1	A Moral, a Justiça e o Caráter Retributivo das Penas..	158
8.2	A Teoria da Prevenção Geral	164

Capítulo IX O ESTADO SOCIAL INTERVENCIONISTA E O MITO DA “RESSOCIALIZAÇÃO”	171
---	------------

9.1	A Prevenção Especial Positiva e Negativa.....	175
9.2	Teoria Dialética Unificadora.....	178

Capítulo X ANÁLISE DO CONCEITO NÃO REVELADO DO TERMO “RESSOCIALIZAÇÃO”	181
---	------------

10.1	Análise Etimológica do Termo “Ressocializar”	181
10.2	O Que é Fato Social? A Quem Interessa?	186

Capítulo XI A FUNÇÃO NÃO DECLARADA DA “RESSOCIALIZAÇÃO”	189
--	------------

11.1	A Castração dos Indivíduos e o Processo de “Purificação”	189
11.1.1	O estigma e a deterioração da identidade.....	190
11.1.2	O comportamento desviante e o correcionalismo	194

11.2	O Trabalho e a Disciplina: o Preso como Engrenagem da Máquina Capitalista.....	197
11.2.1	O controle social: a disciplina, o horário, a vigilância e o trabalho.....	197
11.2.2	A disciplina, a sanção, o controle através do castigo no cárcere: análise do RDD e da definição de “falta grave” na Lei de Execuções Penais.....	201
11.2.3	O trabalho como forma de exploração do indivíduo: a concepção ainda atual do <i>animal laborans</i> e do <i>homo faber</i> , o perigo da alienação e o Inquérito Civil Público 021/1998-4.....	207
11.2.4	A “desaculturação” do indivíduo e a “culturalização prisional”	212

Parte IV

QUAL FUNÇÃO DA PENA? A FALÊNCIA DO DISCURSO RESSOCIALIZADOR, O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E OS DADOS ALARMANTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	215
--	------------

INTRODUÇÃO:Parte IV – QUAL FUNÇÃO DA PENA? A FALÊNCIA DO DISCURSO RESSOCIALIZADOR, O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E OS DADOS ALARMANTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.....	217
---	------------

Capítulo XII O ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E OS DADOS ALARMANTES DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	219
--	------------

Capítulo XIII QUAL FUNÇÃO DA PENA? A RESPOSTA GARANTISTA.....	225
--	------------

13.1	A Resposta Garantista	225
------	-----------------------------	-----

13.2	Não Adoção das Demais Teorias	229
------	-------------------------------------	-----

13.2.1	Não adoção do abolicionismo.....	229
--------	----------------------------------	-----

13.2.2	Não adoção da criminologia radical e do <i>labeling approach</i>	237
13.2.3	Não adoção do funcionalismo sistêmico radical	241
13.2.4	Não adoção do funcionalismo teleológico moderado.....	243
13.2.5	Não adoção do neorretributivismo.....	245
13.2.6	A teoria agnóstica da pena	248
13.3	Releitura da Lei de Execuções Penais sob o Enfoque Garantista e o Abandono do Mito da Ressocialização ..	249
13.3.1	A exposição de motivos da lei: a adoção da nova defesa social	250
13.4	A Coisa Julgada, a Execução Penal e o Sistema de Prêmios e Castigos na LEP	255
13.5	A Individualização da Pena e o Exame Criminológico ..	257
13.6	A Possibilidade da Justiça Restaurativa na Execução Penal.....	261
13.6.1	A justiça restaurativa	262
13.6.2	A mudança do discurso da vingança e a desumanidade do processo penal	263
13.6.3	A mudança de paradigma na execução penal ..	265
Parte V		
À GUIA DE CONCLUSÃO		267
Capítulo XIV PALAVRAS FINAIS.....		269
REFERÊNCIAS		275
ÍNDICE ALFABÉTICO		287